

PRESTANDO CONTAS

Trabalhadores aprovam paralisação dia 31 de março

Construir a Greve Geral, dia 28 de abril, para barrar a Reforma da Previdência

A Assembleia Geral decidiu que devemos, na próxima sexta-feira (31), paralisar nossas atividades e sair às ruas para aderir ao “Dia de Mobilização contra a Reforma da Previdência e em Defesa dos Direitos”.

Desta forma, o STU conclama a categoria a participar das manifestações contra a Reforma da Previdência que ocorrerão a partir das 9h no Largo do Rosário, com caminhada até o Largo do Pará, de onde sairão os ônibus para a capital, às 12h. À tarde acontece a manifestação no Masp (na Avenida Paulista), às 16h.

Para participar da caravana para o ato na capital, os interessados devem se inscrever na secretaria do STU.

Construção da Greve Geral

A assembleia aprovou o indicativo de mobilização de hoje até 28 de abril, data convocada pelas Centrais Sindicais para a Greve Geral.

O objetivo é construirmos um calendário de mobilização permanente com o CR (Conselho de Representantes) em parceria com o DCE e Adunicamp para sensibilizarmos a comunidade universitária para a importância de parar a Unicamp nesta data como forma de protesto contra a escalada de destruição dos nossos direitos sociais.

Até lá, o STU devea intensificar as ações em cada local de trabalho realizando mobilizações semanais para construirmos a Greve Geral contra as reformas da Previdência, Trabalhista,

o PL das terceirizações e todos os ataques do governo ilegítimo de Temer (PMDB)

Apoio à comunidade Nelson Mandela

A categoria também aprovou que o STU deve organizar uma Campanha de Solidariedade para os ex-moradores da ocupação Nelson Mandela que, devido à truculenta ação de reintegração de posse, ficaram sem abrigo e, muitos deles, estão sofrendo com a falta de assistência do Poder Público.

O STU, DCE, CACH e Subsede da CUT Campinas são pontos de arrecadação de doações de alimentos, colchão, cobertor, roupa, agasalho, fralda, papel higiênico, água e ração para animais. Toda ajuda é bem-vinda!

Assembleia Orçamentária acontece hoje (30/03)

Atividade de prestação de contas à categoria terá início às 12 horas no auditório da Adunicamp

Todos os associados ao STU estão convidados para a assembleia geral orçamentária que acontece hoje (30/3), às 12hs, no auditório da Adunicamp. Na atividade serão apresentados o balancete e parecer do Conselho Fiscal Sindicato no período de janeiro a dezembro do ano passado, além da previsão orçamentária para

este ano.

A assembleia orçamentária é sempre importante por ser o espaço de discussão sobre o patrimônio da categoria. Neste momento em que o sindicato está concretizando o sonho de construção da sede própria no terreno cedido pela Unicamp, este ano a assembleia orçamentária tem tam-

bém um caráter simbólico muito importante.

A prestação de contas faz parte das obrigações estatutárias do STU com a transparência. Importante ressaltar que os membros do Conselho Fiscal já analisaram e aprovaram os documentos emitidos pela contabilidade do Sindicato.

BALANCETE 2016**DEMONSTRATIVO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016
RECEITAS/HISTÓRICO**

	Arrecadado
Receita de Mensalidades	R\$ 2.166.199,42
Receitas Ordinárias	R\$ 862.413,91
Receitas de Convênios	R\$ 3.239.698,75
TOTAL DE RECEITAS	R\$ 6.268.312,08

DESPESAS/HISTÓRICO

Folha de Pagamento e Encargos	R\$ 1.153.492,78
Prestação de Serviços	R\$ 446.574,64
Pagamento FASUBRA	R\$ 99.931,91
Despesas Gerais	R\$ 1.550.189,28
Pagamento de Convênios	R\$ 3.267.801,02
Despesas Bancárias	R\$ 24.379,81
TOTAL DE RECEITAS	R\$ 6.542.369,44

COMPOSIÇÃO DE SALDO

Saldo anterior	R\$ 1.299.473,01
Receitas do ano	R\$ 6.268.312,08
Despesas do ano	R\$ 6.542.369,44
Saldo atual	R\$ 1.025.415,65

COMPOSIÇÃO DO SALDO

Caixa secretaria	R\$ 8.120,89
Caixa fundo greve	-
Banco Santander fundo greve	R\$ 3,10
Aplicação - Fundo Greve	R\$ 210.159,44
Banco Santander administração	R\$ 24.069,74
Aplicação - Santander ADM	R\$ 4.062,97
Banco Santander convênios	R\$ 19.952,89
Aplicação - Santander convênios	R\$ 18.713,85
Banco do Brasil convênios	R\$ 1.122,61
Aplicação - Banco do Brasil	R\$ 280,37
Banco Caixa Econômica Federal	R\$ 3.295,35
Aplicação - CEF	R\$ 523,70
Aplicação - CEF fic giro	R\$ 734.850,54
Banco Santander construção sede	R\$ 23,45
Banco Santander adm jurídica	R\$ 3,81
Custas procesuais	R\$ 690,00
Cheques a compensar	-R\$ 457,06
SALDO	R\$ 1.025.415,65

Observação: A documentação sobre receitas e despesas mensais do estará a disposição para a consulta na sede ou no site do STU.

ORÇAMENTO 2017

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

RECEITA

A	** Arrecadação de Mensalidade	R\$	2.166.651,76
B	Arrecadação de Contribuição Sindical	R\$	423.228,88
C	Recebimentos Ordinários	R\$	74.400,00
	Recebimentos Ordinários - Devolução de desconto de Greve CS/2011	R\$	31.021,07
D	Recebimentos Ordinários - Devolução de desconto de Greve CS/2016	R\$	37.359,48
PREVISÃO GERAL DE RECEITA			R\$ 2.701.640,12

** Repasse de 10% da arrecadação para o Fundo de Greve conforme determina o Estatuto

DESPESAS

DESPESAS FIXAS

E	Folha de pagamento, prestadores de serviços e encargos	R\$	1.600.067,42
F	Mensalidade de FASUBRA	R\$	108.332,59
G	Divulgação	R\$	70.000,00
H	Despesas Bancárias	R\$	26.750,00

DESPESAS ESPORÁDICAS

I	Administração Geral - CUSTEIO	R\$	120.000,00
J	Devolução de Contribuição Sindical para Sócios 2017	R\$	86.000,00
K	Congresso dos Trabalhadores da Unicamp	R\$	30.000,00
L	Congresso da FASUBRA	R\$	30.000,00
M	Eleições STU 2017/2020	R\$	25.000,00
N	Construção da Sede STU - Execução da obra e 2ª parcela containers	R\$	1.567.857,07
O	Confraternização dos Expositores da Feira de Artesanato e Desp. Gerais	R\$	10.000,00
P	Administração Geral - Coordenacões S.T.U.	R\$	130.000,00
Q	Campanha Salarial - 2017	R\$	216.665,18
R	Manutenção Kombi e Carro STU	R\$	10.000,00
PREVISÃO GERAL DE DESPESAS			R\$ 4.030.672,26

COMPOSIÇÃO DE SALDO

Saldo Bancário em 31/12/2016	STU/ADM	R\$	815.253,11
Saldo Bancário em 31/12/2016	FUNDO DE GREVE	R\$	210.162,54
SALDO TOTAL 31/12/2016		R\$	1.025.415,65
RECEITAS 2016		R\$	2.701.640,12
DESPESAS 2016		R\$	4.030.672,26
SALDO TOTAL 31/12/2017		-R\$	303.616,49

Contribua com a construção da sede do STU

Para ajudar a construir a casa dos trabalhadores da Unicamp, qualquer pessoa ou entidade pode contribuir. Basta fazer sua doação de forma voluntária no Banco Santander (Agência 0207, Conta Corrente 13.006263-4, em nome do Sindicato dos Trabalhadores da

Unicamp) e enviar o comprovante do depósito para o e-mail rosane@stu.org.br.

É possível contribuir também por meio de arrecadação online, para isso acesse www.catarse.me/sedestu e escolha o valor da doação, que pode ser R\$10, R\$ 20, R\$ 50, R\$ 60, R\$

70, R\$ 100, R\$ 500 ou R\$ 2 mil. Nessa plataforma online você saberá o que faremos com o dinheiro arrecadado.

Para esse sonho se tornar realidade precisamos da contribuição de todos. Faça parte dessa história: colabore e compartilhe!

Parecer do Conselho Fiscal STU

Período de Janeiro a Dezembro de 2016

Os membros do Conselho Fiscal do STU – Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, no desempenho de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os documentos emitidos pela STC – Serviços Contábeis Ltda., tendo como responsável pelas informações a contadora Izabel de Fátima S. Salustiano: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado e demais documentos integrantes da respectiva prestação de contas do exercício de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. Recebem inclusive, por parte da diretoria, todos os esclarecimentos julgados necessários. Analisou as contas da entidade, conforme atribuição do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – STU, seção III – Artigo 21º. As receitas referentes ao período analisado são de R\$ 3.015.560,86 (Três milhões, quinze mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos) e as despesas de R\$3.274.568,42 (Três milhões, duzentos e setenta e quatro reais, quinhentos e sessenta e oito

reais e quarenta e dois centavos), perfazendo um saldo deficitário de R\$259.007,56 (Duzentos e cinquenta e nove mil, sete reais e cinquenta e seis centavos) este saldo foi absorvido pelo saldo da caixa do exercício anterior. A principal fonte de arrecadação foi às mensalidades de associados e a contribuição sindical obrigatória. A situação financeira da entidade no término do período de janeiro a dezembro de 2016 foi de equilíbrio financeiro, houve da parte da diretoria do sindicato uma correta conduta que manteve o equilíbrio das finanças. Frente às referidas demonstrações e analisando o documento de balanço, relativo ao período do exercício findado em 31/12/2016, o Conselho Fiscal conclui que as referidas demonstrações refletem a posição financeira da entidade, manifestando pela sua aprovação, mantendo as recomendações do ano anterior:

1) A diretoria deve manter a conduta com as contas do sindicato, com vistas a produzir reservas que dê mais tranquilidade às ações do sindicato;

2) A diretoria deve encaminhar novas formas de cobranças, visando diminuir a inadimplência dos associados, buscando o equilíbrio financeiro da conta convênio;

3) A organização do Seminário Paulo Freire, deve, antecipadamente, apresentar os custos estimados do seminário anual, para a apreciação e aprovação da parcela a ser paga pelo STU.

Conselheiros

Anderson Manoel Batinga de Araujo
William Alexandre de Oliveira
Sandra Marli Scutti
Silvana Di Blásio
Thiago Mendes Cardoso
Maria Regina Delbin Paccola (Suplente)
João Daniel de Moura (Suplente)
Rivaldo de Souza Oliveira (Suplente)

Campinas-SP, 22 de março de 2017.

Carta aberta da OAB sobre reforma da previdência

As entidades abaixo nominadas, reunidas no Conselho Federal da OAB em 31 de janeiro de 2017, manifestam preocupação com relação ao texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), tendo em vista que ela está fundamentada em premissas equivocadas e contém inúmeros abusos contra os direitos sociais.

A PEC 287/2016 tem sido apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e “déficit”, que não existem, evidenciando-se grave descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais.

O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% em 2016. Tais recursos são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

Diante disso, antes de pressionar pela aprovação da PEC 287/2016, utilizando-se de onerosa campanha de mídia para levar informações questionáveis à população, exigimos

que o Governo Federal divulgue com ampla transparência as receitas da Seguridade Social, computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados.

A proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida.

Dentre os abusos previstos na PEC 287/2016 destacamos os seguintes:

- 1) Exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;
- 2) 49 (quarenta e nove) anos de tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral;
- 3) Redução do valor geral das aposentadorias;
- 4) Precarização da aposentadoria do trabalhador rural;
- 5) Pensão por morte e benefícios assistenciais em valor abaixo de um salário mínimo;
- 6) Exclui as regras de transição vigentes;
- 7) Impede a acumulação de aposentadoria e pensão por

morte;

8) Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 70 anos de idade;

9) Regras inalcanceáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;

10) Fim da aposentadoria dos professores.

Além disso, a reforma da previdência prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disso, exigimos a suspensão da tramitação da PEC 287/2016 no Congresso Nacional até que se discuta democraticamente com a sociedade, de forma ampla, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a análise de estudos econômicos, atuariais e demográficos completos, a fim de que se dê a devida transparência aos dados da Seguridade Social.

É necessário garantir a participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham melhorar o sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência, impedindo o retrocesso de direitos sociais.

Brasília, 31 de janeiro de 2017.